

S2F Partners
by Soler & Silva Filho

Fabricio Soler
Professor e Advogado
professor@fabriciosoler.com.br
www.fabriciosoler.com.br



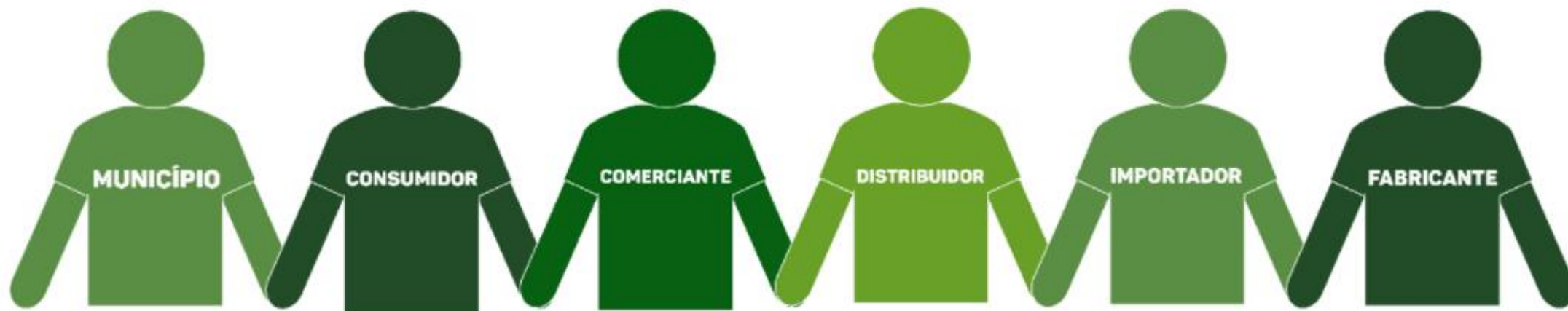
**Responsabilidade compartilhada pelo
ciclo de vida dos produtos**

Sistema de logística reversa

Sistema de coleta seletiva



Responsabilidade Compartilhada





Responsabilidade Compartilhada

Cabe ao titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos

- ❖ **estabelecer sistema de coleta seletiva;**
- ❖ **articular com os agentes econômicos e sociais** medidas para viabilizar o retorno ao ciclo produtivo dos resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis oriundos dos serviços de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos;
- ❖ **realizar as atividades definidas por acordo setorial ou termo de compromisso mediante a devida remuneração pelo setor empresarial;**
- ❖ **implantar sistema de compostagem para resíduos sólidos orgânicos** e articular com os agentes econômicos e sociais formas de utilização do composto produzido;
- ❖ **dar disposição final ambientalmente adequada aos resíduos e rejeitos** oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos.



Lei de Saneamento

Serviços públicos especializados de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos

Atividades operacionais de **coleta, transbordo, transporte, triagem para fins de reutilização ou reciclagem, tratamento**, inclusive por compostagem, e destinação final dos:

- ❖ **resíduos domésticos;**
- ❖ **resíduos originários de atividades comerciais, industriais e de serviços, em quantidade e qualidade similares às dos resíduos domésticos**, que, por decisão do titular, sejam considerados resíduos sólidos urbanos, desde que tais resíduos não sejam de responsabilidade de seu gerador nos termos da norma legal ou administrativa, de decisão judicial ou de termo de ajustamento de conduta; e
- ❖ **resíduos originários dos serviços públicos de limpeza urbana;**



Lei de Saneamento

Art. 29. Os **serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada por meio de remuneração pela cobrança dos serviços**, e, quando necessário, por outras formas adicionais, como subsídios ou subvenções, vedada a cobrança em duplicidade de custos administrativos ou gerenciais a serem pagos pelo usuário, nos seguintes serviços:

II - de **limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, na forma de taxas, tarifas** e outros preços públicos, conforme o regime de prestação do serviço ou das suas atividades; e

Art. 35. As **taxas ou as tarifas decorrentes da prestação de serviço de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos considerarão a destinação adequada dos resíduos coletados e o nível de renda da população da área atendida**, de forma isolada ou combinada, e poderão, ainda, considerar:

§ 2º A **não proposição de instrumento de cobrança pelo titular do serviço** nos termos deste artigo, no prazo de 12 (doze) meses de vigência desta Lei, **configura renúncia de receita** e exigirá a comprovação de atendimento, pelo titular do serviço, do disposto no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, observadas as penalidades constantes da referida legislação no caso de eventual descumprimento.



Responsabilidade Compartilhada

Fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes têm responsabilidade que abrange

- ❖ **investimento no desenvolvimento, na fabricação e na colocação no mercado de produtos:**
 - que sejam aptos, após o uso pelo consumidor, à reutilização, à reciclagem ou a outra forma de destinação ambientalmente adequada;
 - cuja fabricação e uso gerem a menor quantidade de resíduos sólidos possível;
- ❖ **divulgação de informações relativas às formas de evitar, reciclar e eliminar os resíduos** sólidos associados a seus respectivos produtos;
- ❖ **recolhimento dos produtos e dos resíduos remanescentes após o uso, assim como sua subsequente destinação final ambientalmente adequada, no caso de produtos objeto de sistema de logística reversa;**
- ❖ **compromisso de, quando firmados acordos ou termos de compromisso com o Município,** participar das ações previstas no plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, no caso de produtos ainda não inclusos no sistema de logística reversa.



Extended Producer Responsibility (EPR)

A OCDE definiu a EPR como uma abordagem de política ambiental em que a responsabilidade do produtor por um produto é alargada à fase pós-consumo do ciclo de vida de um produto.

Na prática, o EPR envolve os produtores que assumem a responsabilidade pela recolha dos produtos em fim de vida e pela sua triagem antes do seu tratamento final, idealmente, a reciclagem.

Os esquemas de EPR podem permitir que os produtores exerçam a sua responsabilidade, fornecendo os recursos financeiros necessários.

Producers

Product makers; they are expected to assume extended responsibility for the products they put on the market. In practice, the extended responsibility is frequently assumed by other actors, i.e.: importers, marketers, retailers, distributors.

Development of Guidance on Extended Producer Responsibility (EPR) FINAL REPORT European Commission – DG Environment (disponível: https://ec.europa.eu/environment/pdf/waste/target_review/Guidance%20on%20EPR%20-%20Final%20Report.pdf)

Extended Producer Responsibility (EPR)

(a) Product take-back requirements

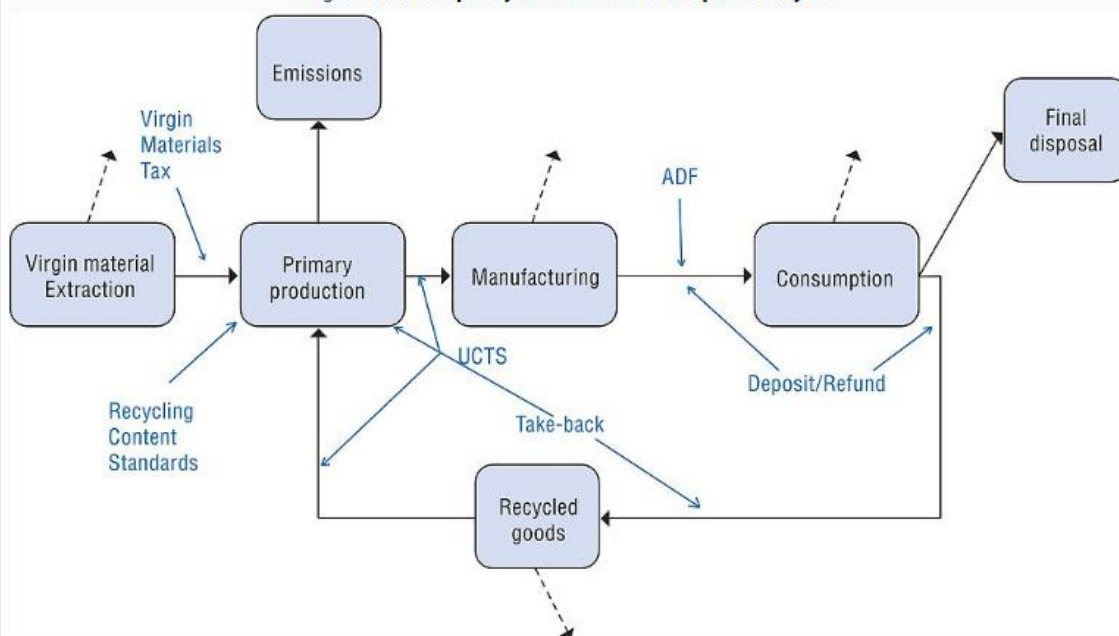
(b) Regulations and performance standards such as minimum recycled content can encourage the take back of end-of-life products

(c) Information-based instruments aim to indirectly support EPR programmes by raising public awareness.

(d) Economic and market-based instruments provide a financial incentive to implement EPR policy. They come in several forms, including:

- Deposit-refund
- Advanced Disposal Fees (ADF)
- Material taxes: involve taxing virgin materials (or materials that are difficult to recycle, etc.) so as to create incentives to use secondary (recycled) or less toxic materials
- Upstream combination tax/subsidy (UCTS): a tax paid by producers subsequently used to subsidise waste treatment.

Figure 1.1. EPR policy instruments in the product cycle



Note: ADF > Advance disposal fee; UCTS > Upstream combination tax/subsidy

Source: OECD (2013), *What have we learned about extended producer responsibility in the past decade? – A survey of the recent EPR economic literature*, Paris



Responsabilidade Compartilhada

Sistema de Logística Reversa

Art. 33. São **obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa**, mediante **retorno dos produtos após o uso pelo consumidor**, **de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos**, **os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes** de:

- I - agrotóxicos, seus resíduos e embalagens (...);
- II - pilhas e baterias;
- III - pneus;
- IV - óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;
- V - lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista;
- VI - produtos eletroeletrônicos e seus componentes.

§ 1º Na forma do disposto em regulamento ou em acordos setoriais e termos de compromisso firmados entre o poder público e o setor empresarial, **os sistemas previstos no caput serão estendidos a produtos comercializados em embalagens plásticas, metálicas ou de vidro, e aos demais produtos e embalagens**, considerando, prioritariamente, o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados.

§ 2º A **definição dos produtos e embalagens a que se refere o §1º considerará a viabilidade técnica e econômica da logística reversa, bem como o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados.**



Responsabilidade Compartilhada

considerará a viabilidade técnica e econômica da logística reversa, bem como o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados

DO YOU KNOW
HOW BIG BRAZIL IS?



País	Área	População
Brasil	8.6 milhões km2	205 M
França	650 mil km2 (13X)	66 M (3X)
Suécia	450 mil km2 (19X)	9 M (23X)
Alemanha	360 mil km2 (23X)	82 M (2,5X)
Inglaterra	130 mil km2 (66X)	53 M (4X)
Portugal	93 mil km2 (92X)	10 M (21X)
Holanda	41 mil km2 (209X)	17 M (12X)
Suíça	41 mil km2 (209X)	8 M (25X)
Bélgica	30 mil km2 (286X)	11 M (18X)
EUA	9 milhões km2	325 M



Sistema de Logística Reversa

Medidas de Implementação





Sistema de Logística Reversa

Medidas de Implementação



Sistema de Logística Reversa

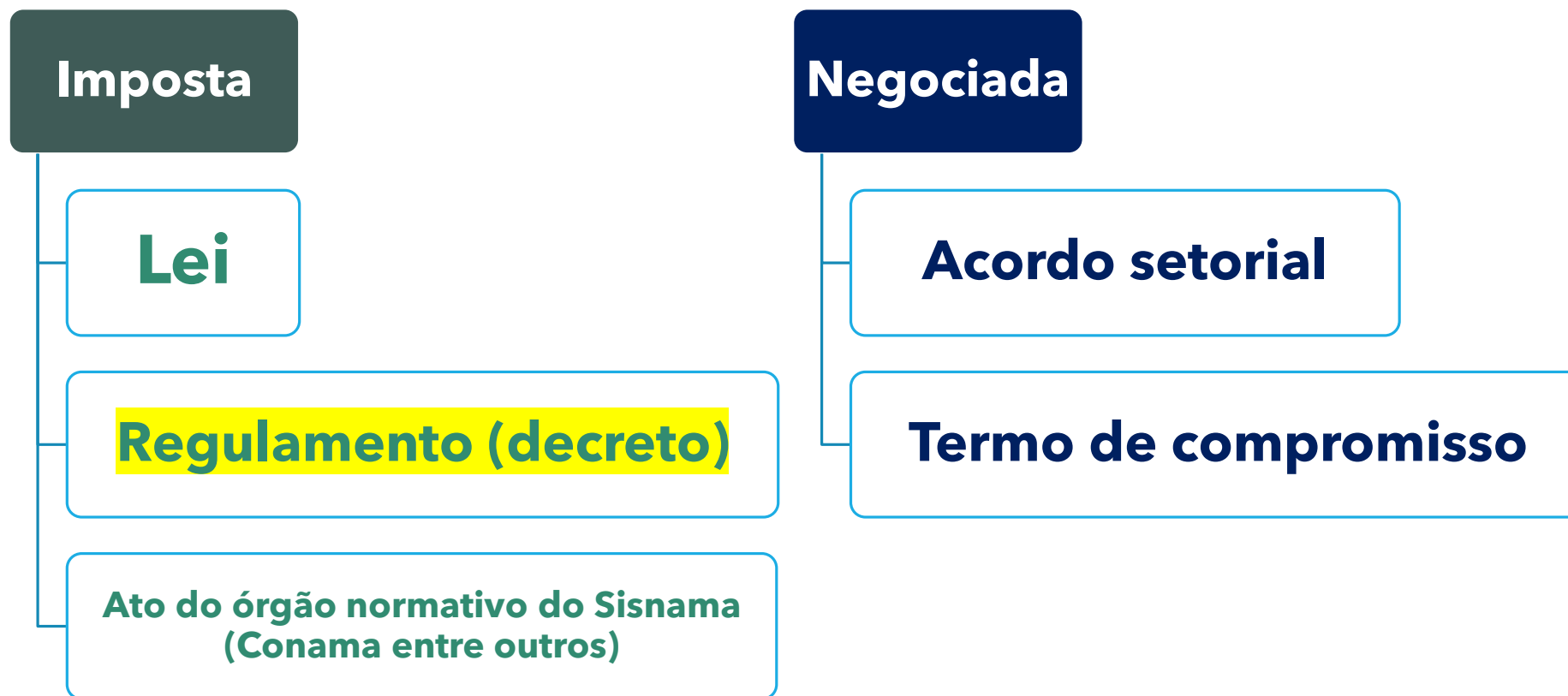
Medidas de Implementação





Sistema de Logística Reversa

Instrumentos de Implementação





Panorama Federal dos Sistemas de Logística Reversa

Regulamento	Produtos e Embalagens	Ano
Lei e Decreto	Embalagens de Agroquímicos	2000 e 2002
Resolução Conama	Óleo Lubrificante Usado	2005
	Pilhas e Baterias	2008
	Pneus Inservíveis	2009
Acordo Setorial	Embalagens Plásticas de Óleo Lubrificante	2012
	Lâmpadas Fluorescentes	2014
	Embalagens em Geral	2015
Termo de Compromisso	Embalagens de Aço	2018
Acordo Setorial	Bateria Chumbo Ácido	2019
	Produtos Eletroeletrônicos e Embalagens	
Decreto	Produtos Eletroeletrônicos e Embalagens	2020
	Medicamentos de Uso Humano e Embalagens	
Termo de Compromisso	Embalagens de Alumínio para bebidas	
Decreto	Embalagens de Vidro	2022
	Certificados de Créditos de Logística Reversa	2023

Sistema de Logística Reversa de Embalagens

Modelos Estruturantes



Modelos Créditos





CERTIFICADOS DE CRÉDITOS NOS SISTEMAS DE LOGÍSTICA REVERSA

Prof.  Fabricio_Soler

Certificado de Crédito de Reciclagem de Logística Reversa – CCRLR

- Fundamentado no certificado de destinação final (MTR SINIR) e nas notas fiscais eletrônicas (NFe) das operações de comercialização de produtos ou de embalagens comprovadamente retornados ao fabricante ou à empresa responsável pela sua reciclagem.

Certificado de Estruturação e Reciclagem de Embalagens em Geral – CERE

- Importa em ter mais de 50% da sua meta de recuperação de embalagens em geral cumprida por meio de parceria com organizações de catadores(as);
- Cria, amplia ou melhora a infraestrutura necessária para as atividades de retorno e de triagem de todas as embalagens, sem distinção por tipo de material;
- Executa ações de educação ambiental da população local para o descarte seletivo correto dos resíduos gerados.

Certificado de Crédito de Massa Futura

- Pressupõe apresentar estudo demonstrativo da viabilidade técnica e econômica da operação;
- Promove a mobilidade social por meio da inclusão socioprodutiva de catadoras e catadores;
- Prevê a transferência dos ativos adquiridos pelo projeto às organizações de catadores beneficiários durante ou ao final do período de contabilização da massa futura.

Entidade(s) Gestora(s) (EG)



Pessoa jurídica cadastrada junto ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), e responsável por estruturar, implementar e operacionalizar o sistema de logística reversa de produtos e embalagens em modelo coletivo.

Verificador de Resultados



Pessoa jurídica de direito privado, homologada e fiscalizada pelo MMA, contratada pela EG, responsável pela custódia das informações, pela verificação dos resultados de recuperação de produtos ou embalagens e pela homologação das NFe emitidas pelos operadores.

Operador(es)



Cooperativas ou outras formas de associação de catadores(as) de materiais recicláveis, agentes de reciclagem, titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, consórcios públicos, microempreendedores individuais e organizações da sociedade civil.

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima



Responsável por monitorar a implementação e a operacionalização dos sistemas de logística reversa de produtos ou de embalagens e verificar a eficiência das ações e a evolução do cumprimento das metas de logística reversa.

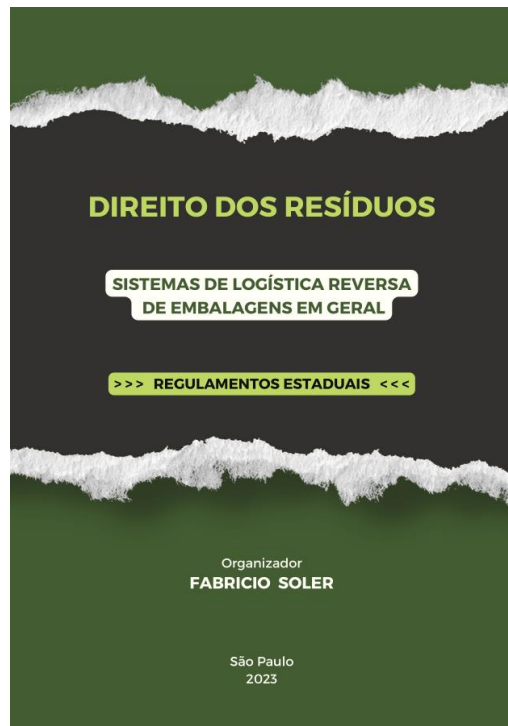
Verificador de Resultados



www.centraldecustodia.com.br



Panorama Estadual dos Sistemas de Logística Reversa de Embalagens em Geral



APRESENTAÇÃO.....	7
REGULAMENTOS ESTADUAIS.....	12
AMAZONAS.....	13
DECRETO ESTADUAL Nº 47.117, DE 7 DE MARÇO DE 2023 (DOE AM 07.03.2023)	13
GOIÁS.....	32
DECRETO Nº 10.255, DE 17 DE ABRIL DE 2023 (DOE 17.04.2023)	32
MARANHÃO.....	53
DECRETO Nº 38.140, DE 6 DE MARÇO DE 2023 (DOM MA 6.3.23)	53
PORTARIA N.º 101, DE 30 DE MARÇO DE 2023 (DOE 30.03.2023)	68
MATO GROSSO.....	70
DECRETO Nº 112, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2023 (DOE MT 01.02.2023)	70
INSTRUÇÃO NORMATIVA SEMA Nº 3, DE 23 DE MAIO DE 2023 (DOE MT 24.05.2023)	88
MATO GROSSO DO SUL.....	93
DECRETO Nº 16.089, DE 16 DE JANEIRO DE 2023 (DOE MS 17.01.2023)	93
RESOLUÇÃO SEMAGRO Nº 698, DE 11 DE MAIO DE 2020 (DOE MS 14.05.2020)	110
PARAÍBA.....	113
DECRETO Nº 43.346, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2022 (DOE PB 30.12.2022)	113

PARANÁ.....	131
RESOLUÇÃO SEDEST/IAT 20, DE 20 DE JULHO DE 2021 (DOE PR 23.07.2021)	131
RESOLUÇÃO SEDEST/IAT 22, DE 27 DE JULHO DE 2021 (DOE PR 30.07.2021)	139
RESOLUÇÃO CONJUNTA nº 02/2023/SEDEST/IAT (DOE 30.03.2023)	154
PERNAMBUCO.....	156
DECRETO Nº 54.222, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022 (DOE PE 24.12.2022)	156
PIAUÍ.....	170
DECRETO Nº 20498, DE 13 DE JANEIRO DE 2022 (DOE PI 13.01.2022)	170
PORTARIA SEMAR PI Nº 131, 15 DE MAIO DE 2023 (DOE PI 15.05.2023)	180
RIO DE JANEIRO.....	181
LEI Nº 8151, DE 01 DE NOVEMBRO 2018 (DOE RJ 05.11.2018)	181
DECRETO Nº 48.354 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2023 (DOE RJ 03.02.2023)	188
RESOLUÇÃO SEAS Nº 13, DE 13 DE MAIO DE 2019 (DOE RJ 15.03.2021)	207
RESOLUÇÃO SEAS Nº 158, DE 18 DE ABRIL DE 2023 (DOE RJ 28.04.2023)	211
SÃO PAULO.....	212
DECISÃO DE DIRETORIA CETESB Nº 127, 16 DE DEZEMBRO DE 2021 (DOE SP 16.12.2021)	212
APÊNDICE - CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA ESTABELECIMENTO DAS METAS DE LOGÍSTICA REVERSA	244
DECISÃO DE DIRETORIA Nº 025/2023/P, 17 DE MARÇO DE 2023 (DOE SP 21.03.2023)	259
DISTRITO FEDERAL.....	260
DECRETO Nº 44.607, DE 07 DE JUNHO DE 2023 (DODF 12.06.2023)	260

Direito dos Resíduos

Sistemas de Logística Reversa de Embalagens
(Regulamentos Estaduais)



Prof. @Fabricio_Soler



Acordo Global de combate à poluição plástica



Who we are: **UNITED NATIONS**

EP

UNEP/PP/OEWG/1/INF/1

Distr.: General
10 May 2022

Original: English



**United Nations
Environment
Programme**

Ad hoc open-ended working group to prepare for the work of the intergovernmental negotiating committee to develop an international legally binding instrument on plastic pollution, including in the marine environment

Dakar, Senegal, 30 May – 1 June 2022

Second Session of the Intergovernmental Negotiating Committee on Plastic Pollution

LATEST NOTIFICATIONS

UNEA Resolution 5/14 entitled “End plastic pollution: Towards an international legally binding instrument”

29 May - 2 June 2023, Paris, France

The second session of the [Intergovernmental Negotiating Committee](#) to develop an international legally binding instrument on plastic pollution, including in the marine environment (INC-2) will take place from 29 May to 2 June 2023 at the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) Headquarters in Paris, France. The meeting will be preceded by regional consultations on 28 May 2023, at the same venue.

[Overview](#)

[Registration](#)

[Information Note](#)

[Documents](#)

[Submissions](#)





Plano de Transição Ecológica

O Ministério da Fazenda prepara um “pacote verde” para maio visando impulsionar a economia com ações sustentáveis.

Bloco 1: Incentivos econômicos

Criação de uma regulamentação para o mercado de créditos de carbono e o lançamento de títulos verdes

Bloco 3: Bioeconomia

A participação de produtos brasileiros oriundos da floresta e da sociobiodiversidade é de 0,17% nas exportações domésticas, e a ideia é elevar essa participação

Bloco 5: Resíduos e economia circular

Buscar soluções para o tratamento de resíduos, um tema com pouca discussão no Brasil.

Bloco 6: Mudança do clima e nova infraestrutura

A discussão aqui está relacionada a grandes obras que considerem, por exemplo, absorção de chuvas e distanciamento de construções em áreas de risco

ProRecicle

Estabelece incentivos fiscais e benefícios a serem adotados pela União para projetos que estimulem a cadeia produtiva da reciclagem, com vistas a fomentar o uso de matérias-primas e de insumos de materiais recicláveis e reciclados

- implantação e adaptação de infraestrutura física de microempresas, de pequenas empresas, de indústrias, de cooperativas e de associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;
- aquisição de equipamentos e de veículos para a coleta seletiva, a reutilização, o beneficiamento, o tratamento e a reciclagem de materiais pelas indústrias, pelas microempresas, pelas pequenas empresas, pelas cooperativas e pelas associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;
- desenvolvimento de novas tecnologias para agregar valor ao trabalho de coleta de materiais reutilizáveis e recicláveis;
- incubação de microempresas, de pequenas empresas, de cooperativas e de empreendimentos sociais solidários que atuem em atividades de reciclagem.

A redução (dedução) do imposto de renda a pagar fica limitada a 1% sobre o valor do imposto de renda a pagar.



Desafios e Oportunidades

- ☐ Isonomia na logística reversa (fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes);
- ☐ Crescimento da regulação federal e estadual dispendo sobre logística reversa;
- ☐ Ampliação de metas de recuperação e reciclagem e novas metas de conteúdo reciclado;
- ☐ Simplificação dos procedimentos (transporte, PEV, licenciamento);
- ☐ Aperfeiçoamento de mecanismos de controle e rastreabilidade (Verificador de Resultados);
- ☐ Acordo Global de combate à poluição plástica;
- ☐ Regulamentação da Lei Federal 14.260, de 2021, que dispõe sobre incentivos fiscais;
- ☐ Plano de Transição Ecológica na pauta do Ministério da Fazenda;



www.fabriciosoler.com.br



Prof. Fabricio Soler

- Advogado especializado em Direito do Ambiente e Direito dos Resíduos;
- Consultor da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO), *The Circular Plastics in the Americas Program* (CPAP), Instituto de Pesquisas Técnicas (IPT), Confederação Nacional da Indústrias (CNI) para estudos e projetos relacionados a resíduos, tendo executado projeto junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e ao Banco Mundial;
- Professor de cursos de MBA Executivo em ESG do IBMEC e da Trevisan Escola de Negócios, e cursos de pós-graduação em Direito Ambiental da PUC-SP, PUC-RS, UFSCar, dentre outros cursos;
- Doutorando em Direito Internacional Ambiental, Mestre em Direito Ambiental pela PUC, MBA Executivo em Infraestrutura pela FGV, especialista em Gestão Ambiental pela USP e pós-graduado em Gestão e Negócios do Setor Energético também pela USP;
- Indicado pelas publicações internacionais *Chambers and Partners* (Latin America), *Who's Who Legal*, *Leaders League*, *Latin Lawyer* e *The Legal 500* como advogado referência na área de Direito Ambiental, notadamente pela destacada atuação com questões jurídicas envolvendo resíduos. Também indicado pela Revista Análise Advocacia dentre "Os Mais Admirados do Direito", na categoria "Ambiental";
- Autor da Coleção Direito dos Resíduos com as obras *Sistemas de Logística Reversa de Embalagens: Regulamentos Estaduais e Jurisprudência*, organizador do Código dos Resíduos, coautor do livro *Gestão de Resíduos Sólidos*, o que diz a lei, entre outros;
- Conselheiro independente de Comitês de Sustentabilidade e ESG, Conselheiro da Rede Empresarial Brasileira de Avaliação de Ciclo de Vida, membro do Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade;
- Diretor da Divisão de Saneamento Básico da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP);

fabriciosoler@s2fp.com.br

professor@fabriciosoler.com.br

(11) 98286-7890



WhatsApp



www.fabriciosoler.com.br

Contato do WhatsApp



Instagram



@FABRICIO_SOLER